



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITARIO DE MARABÁ
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

GISELI SILVA MASCENA

**ANÁLISE DO FECHAMENTO DA ESCOLA DO CAMPO BOM JESUS,
VICINAL CASTANHEIRA NO ASSENTAMENTO JACUNDÁ – PARÁ**

MARABÁ-PA
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITARIO DE MARABÁ
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

GISELI SILVA MASCENA

**ANÁLISE DO FECHAMENTO DA ESCOLA DO CAMPO BOM JESUS,
VICINAL CASTANHEIRA NO ASSENTAMENTO JACUNDÁ – PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Campus de Marabá, como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo, com habilitação em Ciências Agrárias e da Natureza.

Orientadora: Prof^ª Msc. Gláucia de Sousa Moreno

MARABÁ-PA
2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho da Unifesspa

Mascena, Giseli Silva

Análise do fechamento da Escola do Campo Bom Jesus, Vicinal Castanheira no Assentamento Jacundá – Pará / Giseli Silva Mascena ; orientadora, Glaucia de Sousa Moreno. — Marabá : [s. n.], 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo, Marabá, 2019.

1. Educação rural – Aspectos sociais. 2. Escolas – Aspectos sociais. 3. Política pública. I. Moreno, Glaucia de Sousa, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 370.19346098115

Elaborada por Adriana Barbosa da Costa – CRB-2/391



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITARIO DE MARABÁ
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

GISELI SILVA MASCENA

**ANÁLISE DO FECHAMENTO DA ESCOLA DO CAMPO BOM JESUS,
VICINAL CASTANHEIRA NO ASSENTAMENTO JACUNDÁ – PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Campus de Marabá, como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo, com habilitação em Ciências Agrárias e da Natureza.

Orientadora: Prof^a. Msc. Glauca de Sousa Moreno

Defesa pública em: 30 de agosto de 2019

Banca Examinadora

Conceito: Excelente

Prof^a Msc. Glauca de Sousa Moreno
UNIFESSPA – Campus Universitário de Marabá (Orientadora)

Prof^a. Msc. Ailce Margarida Negreiros Alves
UNIFESSPA – Campus Universitário de Marabá (Examinadora)

Prof^o. Msc. Amintas Lopes da Silva Junior
UNIFESSPA – Campus Universitário de Marabá (Examinador)

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
1 INTRODUÇÃO	8
2 METODOLOGIA	10
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE CASTANHEIRA	11
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
3.1 O PROCESSO DE FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS.....	19
3.2 O FECHAMNETO DA ESCOLA BOM JESUS E AS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE JACUNDÁ.....	21
4 CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS	30

RESUMO

MASCENA, Giseli Silva. **Fechamento de escola do campo: o caso da escola Bom Jesus, Vicinal Castanheira no Assentamento Jacundá – Pará.** 2019. 30f. Trabalho de Conclusão de curso (Licenciatura em Educação do Campo) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, Pará, 2019.

O referido artigo analisa o fechamento da escola municipal Bom Jesus, localizada em um assentamento rural do município de Jacundá, no Pará, justificada pelo economicismo financeiro, ou seja, a inviabilidade de manter a escola no campo com um número pequeno de alunos. Nessa perspectiva, foram evidenciados os reflexos desta política na vivência desses sujeitos, e as consequências para a comunidade que teve a escola fechada, onde, interferiu principalmente na vida cotidiana e aprendizagens dos estudantes. O desafio deste trabalho foi resgatar essa problemática no sentido de compreender como foi dado o fechamento da escola e como os sujeitos avaliam essa política. A metodologia usada e foi pesquisa bibliográfica e posteriormente pesquisa de campo através de entrevistas e aplicação de questionários semiestruturados. Os dados apontaram para a não valorização das escolas e dos sujeitos do campo, sendo identificado que o fechamento levou ao deslocamento dos alunos para outra escola da cidade ou uma escola núcleo do campo, além disso, podemos observar que a escola como tantas outras foram fechadas sem nenhum diálogo com os moradores da comunidade.

Palavras-chave: Fechamento de Escola; Educação do Campo; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article analyzes the closure of the Bom Jesus municipal school, located in a rural settlement in the municipality of Jacundá, Pará, justified by the financial saving, in other words there is an impossibility of keeping the school in the field with a small number of students. From this perspective, the reflections of this policy on the experience of these subjects were evidenced, and the consequences for the community that had the school closed, where it interfered mainly in the daily life and learning of the students. The challenge of this work was to rescue this problem in order to understand how the school was closed and how the people perceive this policy. The methodology used was bibliographic research and furthermore a field research through interviews and application of semi-structured survey. The data pointed out the non-valorization of the schools and the individuals working on the field. Moreover, it was also noted that the closing led to the displacement of the students to another school of the city or a core school of the field, besides, we can observe that the school like many others were closed without any dialogue with the community residents.

Keywords: School Closure; Rural Education; Public Policy.

1 INTRODUÇÃO

A proposta da pesquisa iniciou a partir de uma pesquisa Sócio Educacional: história de vida e da comunidade, realizada no I Tempo Comunidade¹, estratégia metodológica que buscar aproximar os discentes com suas comunidades e suas vivências, sendo um período em que os estudantes atuam em suas comunidades como pesquisadoras quando realizarão diagnósticos com a perspectiva de compreensão da realidade local.

Além do acúmulo e amadurecimento das experiências acadêmicas sobre a pesquisa vinda a partir da realização dos tempos comunidades, o fechamento das escolas também está inserido na minha vivência familiar, através do envolvimento com o fechamento das escolas Municipais São Sebastião e Bom Jesus, onde fui aluna.

Em 2002, com o aumento da distância percorrida, era cerca de cinco quilômetros para chegar até a nova escola, problemática que é a realidade de muitos na comunidade, dessa forma, sem transporte escolar na localidade, para chegar na Escola Bom Jesus, onde os estudantes da escola São Sebastião forma transferidos era preciso a utilização de bicicleta. A problemática se agravou em 2008, pois precisamos eu e minha família nos mudar para a cidade para não ficarmos sem estudar, sendo necessário abandonar a nossa casa e a agricultura familiar. No ano de 2013, realizei o processo seletivo especial para concorrer uma vaga no curso de Educação do Campo, na perspectiva de fazer um curso direcionado para comunidades tradicionais, com uma dinâmica pedagógica totalmente voltada pra esses sujeitos.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo tem como princípio educativo de formação a alternância pedagógica, onde os discentes realizam atividades acadêmicas (tempo universidade) ao logo dos meses janeiro- fevereiro e julho – agosto e praticam atividades de docência, pesquisa e atividades complementares ao longo dos meses março – junho e setembro- dezembro.

A partir da observação de alguns reflexos do fechamento da escola na comunidade, e depois das experiências vivenciadas na universidade, outras duas razões me levaram a desenvolver a pesquisa, primeiro foi por ter estudado até o sétimo ano da educação básica nesta escola, e ter vivenciado o processo de fechamento da mesma, segundo, é tentar entender

¹ O Tempo Comunidade é o tempo da Pesquisa Sócio Educacional, em que, mais do que um mero exercício de coleta de dados, buscar-se-á, a partir da análise dos aspectos que condicionam a vida dos sujeitos do campo, fomentar o estudo e a reflexão sobre as possibilidades da ação pedagógica, [individual e coletiva, educadores e escola] visando ao desenvolvimento de processos formativos e à produção de conhecimentos que ajudem no empoderamento político-cultural e na sustentabilidade das comunidades camponesas, (UNIFESSPA, 2014, p.30).

o porquê desta alternativa está sendo cada vez mais praticada nas comunidades rurais do município de Jacundá, no estado do Pará.

O movimento da educação do campo juntamente com as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, articulou a política de formação de educadores do campo para contrapor as políticas de extinção das comunidades rurais, foi através dessa política que muitos filhos e filhas de agricultores conseguiram entrar na universidade pública. Para Arroyo (2012), os movimentos sociais inauguram e afirmam um capítulo na história da formação pedagógica e docente. Na diversidade de suas lutas por uma educação do/no campo, que fazem de um outro projeto de campo, priorizam programas, projetos e cursos específicos de pedagogia da terra, de formação de professores do campo, de professores indígenas e quilombolas.

A pesquisa sobre o fechamento das escolas do campo faz-se necessária, principalmente quando percebe as políticas de fechamentos de escolas que estão ocorrendo no município na última década, e a proposta é aumentar esse número, para implantar a política de nucleação escolar, campo - cidade e campo – campo, com isso aumentar a utilização do transporte escolar para o deslocamento dos estudantes das escolas do campo.

A política de fechamento de escola do campo vem sendo cada vez mais adotadas por gestores municipais e Secretaria Municipal de Educação (SEMED), com a justificativa por partes destes que irá diminuir gastos públicos, e também pela baixa quantidade de alunos para manter uma escola funcionando.

Com essa política de fechamento de escolas vem aumentando a utilização do transporte escolar nas comunidades rurais, essa alternativa segundo HAGE (2014) desconsidera em geral, que a permanência das crianças e adolescentes no campo é um elemento-chave para a preservação nesse espaço de redes sociais e produtivas; e que o deslocamento dos alunos, especialmente para os centros urbanos incentiva a saída das famílias de suas propriedades.

Então, considerando a relevância de uma escola em comunidades do campo, esta pesquisa contribui para problematizar junto com aqueles sujeitos que passaram por esse processo, a fim de que os moradores da Vicinal Castanheira também possam conhecer os reais motivos que levaram ao fechamento da escola, tanto no período em que fechou até a atualidade, partindo das narrativas dos estudantes e pais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa objetiva problematizar, os reflexos do fechamento da escola Bom Jesus para os estudantes e pais na comunidade Castanheira tanto no período em que fechou até a atualidade, partindo das narrativas dos professores, estudantes e pais.

A metodologia utilizada nessa pesquisa foi de natureza qualitativa (LUDKE e ANDRÉ, 1986), por meio de pesquisa bibliográfica acerca do tema fechamento de escolas do campo, e posteriormente pesquisa de campo através de entrevistas realizadas em 2019, gravadas e transcritas orientadas via questionários semiestruturados, junto a sete pessoas da que residem no assentamento Jacundá e vivenciaram o processo de fechamento da Escola Bom Jesus localizada na vicinal Castanheira.

O objetivo das entrevistas com os pais de ex-alunos, professora e ex-alunos da Escola Bom Jesus no assentamento Jacundá, região sudeste paraense, não era produzir uma amostragem quantitativa, mas qualitativa, que expressasse a história de vida das pessoas, a vivência no assentamento e relato sobre o fechamento da escola por diferentes olhares, que serão apresentados ao longo desse trabalho.

A pesquisa está organizada em três itens: i) o primeiro destaca o histórico da Vicinal Castanheira, logo abordaremos a luta pela terra e a conquista do assentamento Jacundá onde a comunidade está localizada; ii) apresenta a perspectiva de refletir sobre o processo de fechamento das escolas do campo abordando os aspectos históricos e legais que fundamenta essa política no Brasil, iii) terceiro vem refletindo sobre o processo de fechamento da escola Bom Jesus, sendo assim compreender como esse processo interferiu na educação básica e na vida social dos estudantes e pais da comunidade, trazer também o debate sobre as alternativas ofertadas para os estudantes, a partir das narrativas dos mesmos. Ainda neste item abordaremos a prática do fechamento de escola e a proposta da educação do campo, e como essas políticas influenciam na educação desses sujeitos. Por fim, escrevemos a conclusão que obtivemos no decorrer da pesquisa.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE CASTANHEIRA

A Comunidade Castanheira está localizada no município de Jacundá, a 58 quilômetros da sede do município no Sudeste Paraense.

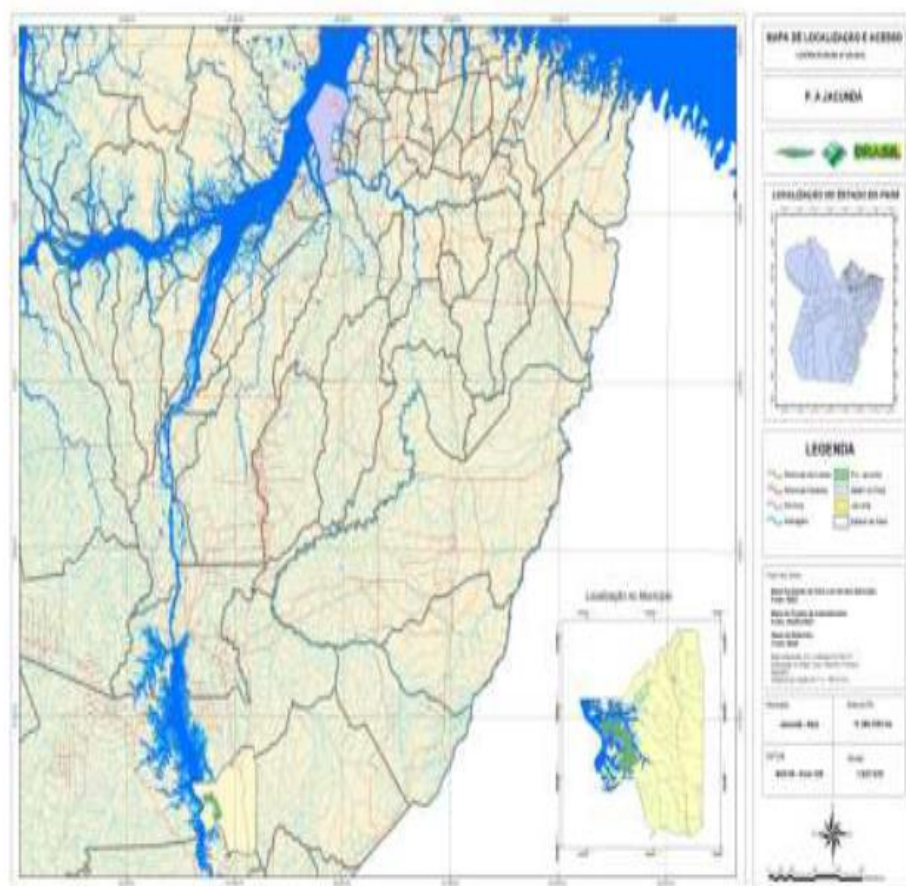


Figura 1 – Mapa Localização Assentamento Jacundá
Fonte: SILVA, 2015.

O assentamento Jacundá tem sua formação a partir dos anos 80, em consequência da construção da Hidrelétrica no Município de Tucuruí no Sudeste Paraense, um projeto concebido segundo estratégias estabelecidas pelas políticas do governo federal para o desenvolvimento da região Norte. Nessa ocasião grandes alagamentos aconteceram devido às obras da barragem, houve desocupações de grandes extensões de terra nessas regiões, e cerca de sete municípios foram atingidos pelas inundações, onde habitavam camponeses que foram expropriados de suas terras.

O município de Jacundá e suas comunidades rurais foi um dos municípios atingidos pelos alagamentos, sendo assim os moradores dessas áreas foram destinados pela Eletronorte

para áreas da união, foi um processo de muita luta e resistência, pois houve muito descaso por parte da empresa que administrava a obra com relação ao reassentamento desses moradores para outras áreas.

A vicinal Castanheira tem um contexto histórico diferente das outras vicinais do assentamento, tendo em vista que sua formação foi caracterizada por moradores com outra realidade a maioria deste vindos dos estados da região nordeste do Brasil, a princípio parte do seu era um território destinado aos atingidos pelos alagamentos da Hidrelétrica de Tucuruí.

A comunidade tem sua formação iniciada no ano de 1986, quando sua primeira área foi dividida e regularizada pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT), onde os lotes foram destinados para trabalhadores que vieram de municípios vizinhos.

No ano seguinte outra área que fazia divisa com a já reconhecida como Castanheira demarcada pelo GETAT foi ocupada, nessa época já não era mais o GETAT que fazia as mediações com os donos das terras para as divisões dos lotes, nesse período já era o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que realizava as negociações, essa segunda área teve uma dinâmica mais específica de luta e resistência para a conquistas dos lotes. A ocupação da mesma aconteceu no ano de 1987, com a vinda dos primeiros trabalhadores, logo em seguida a notícia da ocupação foi se espalhando para outras pessoas da cidade de Jacundá e regiões vizinhas, depois que ocuparam a área e construíram seus barracos para abrigar suas famílias, apesar da resistência para permanecer nas terras os agricultores sofreram vários despejos em curtos períodos de tempos, juntamente com o INCRA, que na época tinha um escritório na cidade de Jacundá contribuiu para o andamento das negociações entre os trabalhadores e a empresa proprietária das terras para conseguir retomar a área, após descobrirem que a área não pertencia ao fazendeiro, mas sim a Eletronorte. Os trabalhadores também contaram com a ajuda de uma líder política em favor da classe trabalhadora daquela região, a Maria de Jesus. Desse modo, no ano de 1988, os agricultores conseguiram o assentamento na área. Apesar das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores no período de um ano os lotes já estavam sendo divididos. Depois de divididos, essa área foi incluída ao Projeto de assentamento Jacundá, e a mesma ficou regulamentada como Vicinal Castanheira Setor I do Projeto de Assentamento Jacundá. Atualmente os moradores da localidade se reconhecem como vicinal castanheira ou apenas Castanheira, apesar da primeira área conquistada não fazer parte do assentamento Jacundá, as divisões legais da área ficam apenas nos títulos dos lotes.

A denominação Castanheira tem duas versões, uma delas indica que a origem do nome vem de um rio chamado Castanheira que atravessa a comunidade. A segunda teria a ver com um grande Castanhal que existia na comunidade.

Em termos de configuração atual a comunidade Castanheira possui cerca de 30 famílias e em média 100 moradores, a maioria dos moradores possuem lotes onde reside com suas famílias, uma pequena parte são moradores em fazendas, ou seja, são funcionários, principalmente vaqueiros ou que trabalham em máquinas para manutenção de pastos para criação de gado, atividade cada vez comum na comunidade.

A forma de organização da comunidade apresenta uma estrutura diferente de muitas comunidades, assentamentos e acampamentos, do campo brasileiro onde a vila é um espaço importante determinada para a implantação de políticas públicas no assentamento previstas pelos programas fundiários, ao contrário destas, a comunidade castanheira, tem como pontos específicos para a abertura dos lotes a estrada que passa pelo meio da vicinal, dessa forma não foi demarcado um espaço (vila) para necessidades básicas como escolas, postos de saúde, igrejas, comércios e etc.

Para o acesso à escola, os estudantes da comunidade são atendidos numa vila próxima, cerca de 10 quilômetros de distância, os mesmos usam transporte escolar para chegar até a mesma, outras necessidades básicas como Unidade Básica de Saúde e pequenos comércios os moradores também são atendidos nesta mesma vila, ou nas cidades de Nova Ipixuna ou Jacundá que são as mais próximas da comunidade.

Em relação a conquistas específicas para melhorar a infraestrutura, a comunidade dispõe da estrada que dá acesso à comunidade construída no ano de 1996, que apesar das péssimas condições devido aos descasos do governo municipal para a manutenção, os moradores são agradecidos pela conquista. A energia elétrica implantada no ano de 2007, embora sendo localizada próximo aos alagamentos da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, é uma conquista recente, através das políticas do programa “luz para todos”, do governo federal. Além disso, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o projeto “mais alimentos” e o apoio para habitação destinado pelos projetos “minha casa minha vida” liberados pelo INCRA, contribuíram também para a permanência e melhoria da vida dos agricultores da comunidade Castanheira.

Sobre as formas de organização política do lugar, que são indispensáveis para articular coletivamente as demandas das comunidades rurais junto aos sindicatos, governos municipais e outros, a comunidade conta com duas associações criadas pelos moradores que no seu princípio foi muito atuante para deliberar projetos financeiros, mas apesar da

importância dessas instituições, atualmente encontram-se sem atuação e inadimplente juntos aos órgãos legais.

Em termos ambientais e ecológicos a comunidades passou por muitas mudanças ao longo de sua trajetória, no início da sua formação isso acontecia pelas práticas da derrubada e queima das florestas para fazer roças, de milho, arroz, feijão e produção do carvão vegetal, atividades que contribuíram com o aumento do processo de desmatamento na comunidade, atualmente essas práticas são poucas utilizadas para a produção de alimentos.

Hoje, a paisagem é marcada pelas pastagens, pois a pecuária é uma atividade adotada pela maioria dos agricultores para produção de leite ou para criação de gado de corte, em alguns lotes as pastagens se misturam com juquiras ou pequenas áreas de mata com predominância de vegetação secundária, onde as árvores grandes e de maior valor comercial já foram retiradas. É importante ressaltar que o município de Jacundá foi um forte polo de concentração de madeiras, o mesmo fazia parte da rota madeira juntos com Marabá, Nova Ipixuna até Goianésia todos os municípios localizados as margens da rodovia PA 150 no sudeste Paraense.

Sobre as manifestações religiosas e culturais na comunidade, a maioria da comunidade é católica e frequenta uma igreja existente na comunidade, a mesma faz parte da paróquia do município de Nova Ipixuna, apesar da comunidade fazer parte do município de Jacundá, já os evangélicos congregam na igreja evangélica da vila Pajé, a mais próxima da comunidade.

O campo de futebol é um espaço muito relevante para os moradores e até para os frequentadores das comunidades mais próximas, para além dos jogos que acontecem todos os finais de semana, é um espaço de interação, relação de afetividades e diversão, nos últimos anos acontece um campeonato de futebol, onde movimenta toda a comunidade para participar, algumas mulheres da comunidade utilizam do evento para garantir uma renda extra com vendas de doces, salgados, caldos, espetinhos e bebidas. O campeonato tem duração de um mês, na finalização acontece uma festa com músicas e danças, esse tipo de evento é algo que está tornando tradição na região.

A economia da comunidade gera em torno da pecuária, principalmente com o objetivo de produzir e o comercializar o leite, sendo assim a comunidade dispõe de dois tanques refrigerador de leite, alternativa utilizada pela maioria dos agricultores que dependem da produção de leite para o sustento da família, para os produtores que não entregam o leite no tanque existe um carro, os chamados atravessadores que transporta o produto até um laticínio da cidade, os agricultores também utilizam desse carro como transporte para chegar

até a cidade e também trazer mantimentos até suas casas. Mesmo sabendo que o tanque é uma proposta economicamente melhor para os agricultores alguns deles optam por entregar o leite aos atravessadores, pois ele é também a alternativa mais viável para chegar até a cidade.

Em relação à venda do gado de corte, nos últimos anos teve um aumento considerável, isso ocorre pelo fato da maioria dos agricultores optarem pela criação de gado, essa prática é observada porque as políticas destinadas para a permanência e melhoria dos agricultores são principalmente créditos para a criação de gados.

Sobre o contexto de permanência dos agricultores nos lotes, houve uma trajetória principalmente no período de 2006 a 2012 onde alguns agricultores venderam seus lotes e migraram para a cidade ou compraram lotes em outras regiões, isso acontecia principalmente porque os agricultores não conseguiam mais tirar seu sustento, pois era cultural fazer roças para sua sobrevivência, e as áreas dos lotes que era destinada para essa prática já não existia mais, sem falar da qualidade do solo que já não produzia com tanta qualidade como antes.

Outro fator que influenciou a migração dos moradores foi o processo de fechamento da escola que iniciou no ano de 2006, quando a primeira turma foi fechada, a mesma funcionava através do Sistema Modular de Ensino (SOME)² e logo no ano seguinte as atividades da escola foram totalmente paralisadas, essa política levou alguns agricultores a deixar à comunidade a procura de educação para seus filhos.

Nesse período além da escola, o prédio da igreja foi fechado deixando de serem realizadas as atividades de costume, inclusive o prédio deixou de existir, pois com o tempo ele foi deteriorando até desabar, o campo de futebol também paralisou suas atividades, foi um período bastante difícil para a comunidade tendo em vista que suas principais atividades deixaram de existir, assim como relata o agricultor da comunidade:

Foram vários fatores que a gente aquietou, na época igual eu falei tinha muitos eu já tinham passado da 4ª série tinha ido estudar na rua ou ficou mesmo parado sem estudar porque não tinha condição de ir para cidade, não tinha uma escola assim avançada na Vila Pajé, aí ficou parado não ou mais estudar outros às vezes, vendeu lote, eu vou embora porque meu filho tem que estudar, aí ia embora e o outro lado eu acho que a gente se acomodou um pouco devido não ter apoio, que você vai lá à Cidade conversa com vereador ele diz ah eu não posso dar jeito, não posso fazer nada o prefeito diz tchau e benção e você tem aceitar.(agricultor da comunidade, 2019)

² O SOME é um programa gerido pela Secretaria de Educação desde 1982, como alternativa de atendimento e expansão do ensino médio presencial no interior do Estado, com metodologia curricular diferenciada do ensino regular, por meio de módulos, para oferecer oportunidade de estudo aos educandos egressos do ensino fundamental que não tem possibilidade de se transferirem para locais onde possam cursar o ensino médio.

Na perspectiva de pensar a educação como uma ferramenta de luta e resistência dos trabalhadores para construir possibilidades de permanência das suas famílias em acampamentos, assentamentos, vilas e outras comunidades que lutam por um pedaço de terra, neste sentido a construção da escola é essencial para ofertar educação aos filhos e filhas de trabalhadores neste espaço.

Os trabalhadores da comunidade Castanheira desde o início pensaram em estratégias para ofertar educação para seus filhos, não foi fácil, pois havia muita dificuldade em conseguir políticas públicas para construção e funcionamento de uma escola na comunidade junto aos órgãos responsáveis pela educação do município.

Apesar das dificuldades e condições precárias, os trabalhadores da comunidade se organizaram e voluntariamente construíram um barraco coberto de pequenas tábuas, nesse período a comunidade possuía duas escolas, e uma funcionava na igreja da comunidade e a outra no barraco construído, e muitas crianças foram beneficiadas com essa obra (Figura 2).



Figura 2 - Primeira Estrutura da Escola organizada pela comunidade.
Fonte: Morador da comunidade.

A partir de uma entrevista obtive o segundo relato, sobre o funcionamento da escola:

“Olha como funcionava a escola Bom Jesus, como tinha a igrejinha da comunidade a gente, eu dava aula na igreja, e a escola São Sebastião, os pais juntaram e fizeram uma barraca coberta com a cobertura era de palha e cercado de pau a pique” (Agricultor na Vicinal Castanheira – entrevista realizada em 2019).

Depois de alguns anos a escola Municipal São Sebastião sofreu com o processo de fechamento, e os estudantes que estudavam na mesma, mudaram para a escola Municipal Bom Jesus que funcionava no prédio da igreja da comunidade, seguindo com os mesmos planejamentos pedagógicos de ensino.

A escola Municipal Bom Jesus foi à primeira escola a funcionar na comunidade, iniciou seu funcionamento no ano de 1987 de forma improvisada, ou seja, as aulas aconteciam no prédio da igreja católica da comunidade, nessa época só os estudantes da Castanheira I estudavam. Depois do fechamento da escola São Sebastião, ela recebeu os estudantes da Castanheira II, como o professor que atuava na escola Bom Jesus não tinha formação para atuar em sala de aula, a professora da Escola que tinha fechado também foi transferida.

A escola Bom Jesus, tem sua história marcada por muitas dificuldades, seja ela de estrutura física ou pedagógica, seus primeiros educadores não tinham formação, e eram moradores da própria comunidade que se ofereciam para ensinar os alunos, para que a escola continuasse funcionando, além de ser professor tinham que exercer outras atividades no âmbito da escola.

Através das lutas dos movimentos sociais e trabalhadores do campo juntamente com apoio do INCRA, a SEMED do município de Jacundá participou de uma ação política pública no ano de 2004 para a construção de cinco escolas do campo, sendo realizado um sorteio para identificar a escolas que seriam construídas nas áreas rurais do município, foi nesse período que a comunidade Castanheira foi contemplada com a construção do prédio de alvenaria.

A escola foi construída para atender uma turma do nível fundamental menor multisseriada e uma turma do SOME em dois períodos, a mesma tinha sua estrutura física composta por 1 sala, 2 banheiros e 1 cozinha, a escola foi construída em um lote doado por um morador da comunidade, os alunos que frequentavam a escola eram todos da comunidade, tinha um professora que ensinava na turma multissérie, e os professores do SOME vinham da cidade. Para o funcionamento, todas as atividades da escola eram realizadas pelos professores e pelos próprios alunos, não tinha energia e nem água encanada, para garantir água para consumo e refeições era preciso buscar no poço de moradores que eram vizinhos da escola.

A trajetória da escola Bom Jesus, depois da conquista do prédio próprio infelizmente funcionou por pouco tempo, cerca de cinco anos, e a política de nucleação das escolas do campo no município de Jacundá no ano de 2010 levou ao fechamento de várias escolas rurais no município nesse período. Segundo Souza (2014), apenas na região do assentamento Jacundá havia sete escolas todas multisseriadas, com o processo de polarização houve o fechamento de uma escola e as demais foram anexadas à escola municipal Boa Ventura, sendo rotuladas de escolas anexas.

O processo de fechamento da escola Bom Jesus iniciou com a primeira turma fechada no ano de 2006, a turma funcionava com quatro estudantes do 7º ano, depois de

fechar a primeira turma dois anos depois à escola foi paralisada, as narrativas trazem que no último ano a SEMED queria paralisar a turma antes de finalizar o ano letivo, mas por intervenção da professora para que os estudante não perdessem o ano escolar as aulas continuaram até o final dos dias letivos.

No mesmo período em que a escola Bom Jesus sofria com as ameaças de fechamento, a proposta de nucleação nas escolas do campo foi intensificada pela Secretaria de Educação juntamente com o Departamento de Educação do Campo (DEEC), prefeito e vereadores, inclusive com apoio do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública (SINTEP) e alguns professores que atuam nas escolas rurais. A Proposta inicial da polarização no município incluía o ensino fundamental maior do 6º ao 9ºano, onde três escolas seriam polos.

Durante a coleta de dados da pesquisa sobre o fechamento de escolas do campo na SEMED, o único documento que relatava sobre essa política no município é uma ata de reuniões do ano de 2009 e 2010, que foi fornecida para coleta de dados dessa pesquisa pelo diretor do DEEC. Sobre os relatos contidos na ata de reuniões, havia muitos debates sobre a polarização, onde o objetivo era discutir os pontos positivos e negativos da proposta.

Uma reunião do dia 30 de outubro de 2009 a secretária de educação da época afirmou “que a polarização das escolas do campo é um o projeto que não é para tirar as escolas das comunidades e sim para a melhoria da educação” em contrapartida alguns professores afirmam que “a polarização tem vários agravantes para a comunidade e pediu que os responsáveis estudassem melhor a proposta”.

Das várias reuniões registradas sobre a polarização no município de Jacundá não consta nenhuma realizada na escola Bom Jesus ou na comunidade, isso comprova as narrativas dos moradores e professores que não houve nenhum diálogo com a secretária sobre o fechamento da escola, tendo em vista que essa políticas implantadas acarretaram em consequências e uma delas foi o fechamento de escolas do campo.

A comunidade Castanheira apesar de sua história de luta para a conquista de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, não aparece em nenhuma narrativa estratégia de lutas para contrapor ao fechamento da escola, haja vista, que o papel da escola não é apenas de ensinar, mas também cumprir um papel político de resistência das comunidades de reforma agrária.

Consequentemente, o fechamento da escola foi um processo bem simples para a SEMED e governo municipal, pois, a oferta do transporte escolar foi à única alternativa para o município continuar ofertando educação para os estudantes da comunidade, e em nenhum

momento foi questionada pelos moradores, apesar de ser uma alternativa que demorou anos para atender os estudantes. Com a demora da implantação do transporte escolar os pais conseguiram reabrir a escola, mas não funcionava no prédio, o pai de um aluno cedeu uma casa para as aulas funcionarem, mas a escola ficou reaberta apenas durante o período de um ano pelo fato da estrutura física não ser adequada para o funcionamento das aulas e logo depois começou a funcionar o transporte escolar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O PROCESSO DE FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS

A política educacional brasileira tem sua história constituída por projetos capitalistas, que objetivam o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produções, podemos verificar essas características quando observamos o percurso da educação desde o período da colonização, quando as leis ou projetos educacionais eram vindas de Portugal, ainda que com o passar dos anos o estado brasileiro, tenha criado leis que rege a educação pública e privada no país, a exemplo disso foi à constituição federal de 88, e as leis que decorrem dela, como a Lei de Diretrizes e base (LDB), Plano Nacional da Educação (PNE) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) a precarização no ensino, das instituições o dos trabalhadores em educação ainda é muito recorrente.

O processo histórico da educação do campo no Brasil está vinculado principalmente com a fragilidade das políticas públicas educacionais, neste sentido podem observar o fechamento de escolas do campo cada vez mais alarmante nas comunidades rurais brasileiras (ARROYO, 1999).

O processo de fechamento de escolas vem se constituindo desde a década dos anos 60, uma política que vem sendo implantada sem debates prévios com as comunidades que seriam atingidas pela política, desrespeitando o direito da comunidade de opinar sobre as políticas educacionais garantidos pela a Constituição Federal de 1988. Na perspectiva de levar o debate sobre a qualidade da educação da sociedade como um todo, aconteceu em julho de 1997 à primeira discussão sobre a temática no âmbito nacional, o I Encontro Nacional de educadoras e educadores da reforma agrária (ENERA), construído com as parcerias entre o Grupo de Trabalhadores de Apoio a Reforma Agrária da Universidade de Brasília (GT-RA/UnB), o Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST), tiveram apoio também do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), do Fundo das Nações Unidas para a

Ciência e cultura (UNESCO) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), (TAFFAREL e MOLINA, 2012).

O encontro teve como objetivo pensar estratégias de desenvolvimento da educação básica dos sujeitos do campo, que até então não eram atendidos por uma política específica no Plano Nacional de Educação (PNE), sendo assim foi encaminhado à criação de um programa de educação voltado a esse público. No ano seguinte logo após as articulações com as instituições responsáveis pela política de educação da reforma agrária, foi instituído o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA) (BRASIL, 2012). O PRONERA tem como objetivo geral fortalecer a educação nas áreas de reforma agrária estimulando, criando, propondo, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, (MATOS, 2018).

Apesar das lutas e articulações dos movimentos sociais, fóruns, e pessoas comprometidas com a educação de qualidade, o número de escolas fechadas no país vem aumentando na última década (MATOS, 2018). Segundo Fórum regional de educação do campo (FREC) o instituto Anísio Teixeira (INEP) divulgou nos últimos anos mais de 110 mil escolas que foram fechadas no país, em sua maioria escolas situadas em áreas rurais. No estado do Pará localizado na região norte do Brasil, essa realidade não é diferente, fechar escolas é uma alternativa muito implantada pelos gestores municipais, segundo dados do Fórum Regional de Educação do Campo (FREC) de 2014 até 2017 cerca de 5.335 escolas foram extintas ou paralisadas, sendo que 4.452 em áreas rurais.

Nos termos paralisação e extinção existem diferença, de acordo com professor do grupo de pesquisa em Educação do Campo da Amazônia, da Universidade Federal do Pará (UFPA) “Assim como para fundar uma escola pública é necessário um ato de abertura, o mesmo acontece com o seu fechamento (HAGE, 2014).

Art. 1º A paralisação de instituição de ensino ou de níveis e/ou modalidades de ensino, deverá ser solicitada à Secretaria de Educação do Estado, e encaminhada à Gerência Regional de Educação para as providências cabíveis.

§ 1º A paralisação de que trata o caput deverá ser informada aos funcionários, estudantes, pais e/ou responsáveis, 60 (sessenta) dias antes do encerramento do ano letivo, de forma a garantir o prosseguimento de estudos dos estudantes.

§ 2º O tempo de paralisação será de 01 (um) ano, devendo ser comunicado à Gerência de Normatização do Ensino, através da Gerência Regional de Educação para que proceda ao registro no SAE (Serviço de Atualização Educacional)

§ 3º No período de paralisação, o acervo ficará sob a responsabilidade e guarda do mantenedor e os documentos, nesse período, deverão ser expedidos pela instituição de ensino.

§ 4º Expirado o prazo estabelecido para a paralisação, o responsável pela Unidade de Ensino deverá solicitar a extinção da instituição ou do nível e/ou modalidade de ensino.

Art. 2º A extinção de instituição ou de nível e/ou modalidade de ensino, deverá ser solicitada à Secretaria de Educação e informada à comunidade escolar, 60 (sessenta) dias, antes do encerramento do ano letivo de forma a garantir o prosseguimento de estudos dos estudantes.

§ 1º Quando houver apenas a extinção de nível e/ou modalidade de ensino, o acervo permanecerá sob a guarda da instituição que deverá proceder à expedição da documentação referente à vida escolar dos estudantes.

§ 2º Encerrado o ano letivo, a instituição de ensino da rede estadual ou particular, que houver solicitado a extinção das atividades escolares, deverá entregar o acervo à Gerência Regional de Educação de sua jurisdição, e a Instituição de Ensino, da Rede Municipal à Secretaria Municipal de Educação da qual é integrante. (BRASIL, 2008).

Com o grande aumento de instituições escolares sendo fechadas no país, movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) preocupados com essa realidade, entregaram a presidente em exercício Dilma Roussef, no ano de 2012 uma solicitação que reivindicava o não fechamento de nenhuma escola do campo, com isso, foi incluído um parágrafo único no artigo 28, da Lei de Diretrizes e Base (LDB) que dificulta o fechamento de escolas no campo:

“O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar”. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014) (BRASIL, 1996).

Apesar das constantes lutas e conquistas dos movimentos em prol da educação do campo, sabemos que a cada ano essa política é cada vez mais implantada, o que decorre disso é o deslocamento dos estudantes para escolas núcleos ou para a cidade onde famílias precisam deixar sua terra em busca de educação e qualificação.

3.2 O FECHAMENTO DA ESCOLA BOM JESUS E AS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE JACUNDÁ

O município de Jacundá na última década obteve um grande índice de fechamento de escolas do campo, cerca de 15 escolas foram fechadas. Os problemas que envolvem essa política, principalmente seriam a de nucleação escolar implantada no município no ano de 2010, outra problemática muito comum para que escola acabe sendo fechada no município é a justificativa de que a quantidade de alunos dessas escolas do campo é baixa, sendo assim impossível manter financeiramente o funcionamento das escolas nessas comunidades. Abaixo podemos observar que no período em que se instalou a política de nucleação escolar, o número de escolas fechadas de 2010 a 2011 foi de 10 escolas no município (Gráfico 1).

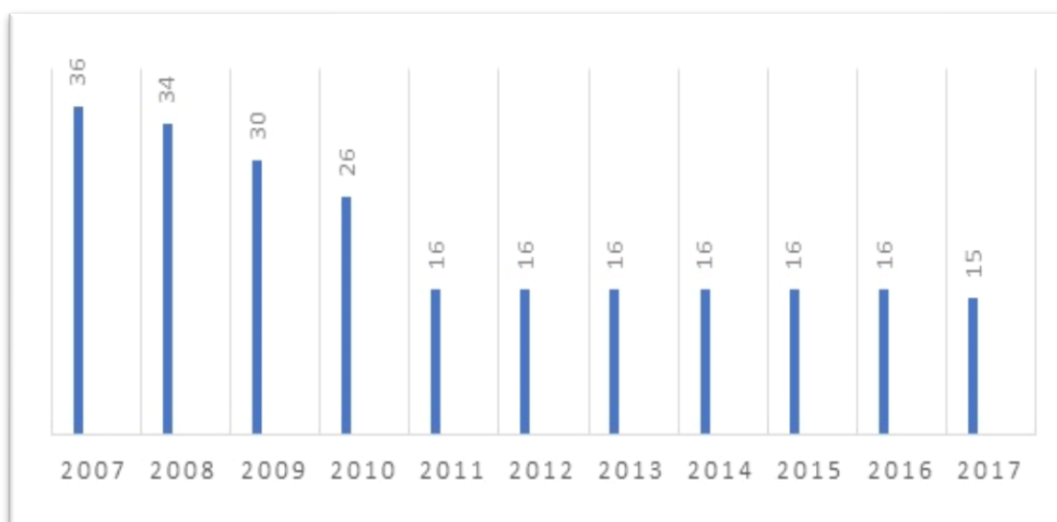


Gráfico 1 - Gráfico com a quantidade de escolas do campo no município de Jacundá. Fonte: Corrêa, 2019.

É possível observar as escolas do campo sendo paralisadas, que contribuem com a permanência dos sujeitos em seus lotes conquistados a partir da luta pela terra, nesta perspectiva a educação escolar desses sujeitos visa também o fortalecimento dos laços com a terra, como afirma Caldart (2012) no trecho seguinte:

“A escola tem sido objeto central das lutas e reflexões pedagógicas da educação do campo pelo que representa no desafio de formação dos trabalhadores, como mediação fundamental, hoje, na apropriação e produção de conhecimento que lhes é necessário, mas também pelas relações sócias perversas que sua ausência no campo reflete e sua conquista confronta”. (CALDART, 2012, p. 262).

Diante desses fatos é preciso refletir, e questionar como se tem dado o fechamento dessas escolas do campo, e discutir as ações do movimento da educação do campo para coibir essa prática.

A escola Bom Jesus teve seu processo de fechamento iniciado no ano de 2006, com o fechamento da primeira turma que funcionava pelo SOME, a turma do 6º ano implantada no ano de 2003, ano em que a escola inaugurou seu prédio próprio, pois até então funcionava na igreja da comunidade com uma turma multisseriada. A turma tinha quatro estudantes e esse foi o motivo da turma ser paralisada, as séries do segmento maior do ensino fundamental funcionaram apenas três anos, sendo que todo ano era uma série diferente, pois assim que os estudantes passavam de ano a série ia avançando. Essa dinâmica acabava prejudicando os estudantes que terminavam o 5º ano, pois não eram contemplados por causa da dinâmica do SOME na escola.

A escola Bom Jesus ainda funcionou no ano de 2007 com uma turma multissérie, mas com uma quantidade muito pequena de alunos, cerca de 2 alunos. No ano seguinte escola não reabriu, paralisando totalmente as atividades (Tabela 1).

Tabela 1 - Entrevista acerca do processo de fechamento da Escola Bom Jesus.

Pergunta: “A secretária de educação foi até a escola para informar sobre o fechamento da escola?”.		
Ex-professora:	Ex-alunos:	Morador da comunidade:
<p>“Não, não teve diálogo nenhum. Eles só falou assim: eu fui um dia na secretaria, e a Leila falou assim, olha Dona Delsina os alunos da senhora, não vai dar mais para continuar lá na escola, não vai dá para pagar a senhora, aí nós estamos transferindo a senhora, porque a senhora é concursada, a senhora já está perto de se aposentar, aí a senhora vai Trabalhar na vila Pajé”.</p>	<p>1 - “Não, pois a quantidade de alunos era pequena”.</p> <p>2 - “Que eu saiba não, eu soube pela professora da escola”.</p>	<p>“Olha no meu conhecimento, eles não veio com nenhuma proposta, só falou para a professora lá na rua esse ano de 2007 não vai ter mais aula lá, porque o número de alunos lá está pouco e pronto acabou, ponto final a conversa foi essa, não houve diálogo, o que a gente sabe é que até hoje”.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2019

No princípio do processo do fechamento da escola os pais de alunos tiveram que organizar alternativas para que seus filhos continuassem estudando, uma delas foi o deslocamento de alguns para a cidade, outros ficaram sem estudar, e alguns foram estudar na escola da vila mais próxima da comunidade. Esses problemas aconteceram porque a secretaria de educação não cumpriu com a proposta do transporte escolar para os estudantes como foi garantido assim que a escola fechasse, tendo em vista que a escola paralisou em 2007 e o transporte escola só foi implantado anos depois (Tabela 2).

Tabela 2 - Entrevista acerca das consequências vivenciadas pela comunidade após o fechamento da escola.

Pergunta: “Devido ao fechamento da escola você e sua família tiveram que se mudar para a cidade? Se você teve que mudar, como foi sua adaptação em uma escola urbana?”.
Ex-alunos da escola Bom Jesus:
1 - “Sim. Para mim foi muito difícil a adaptação porque era uma realidade diferente da que eu era acostumada, outros costumes eu era muito tímida demorei para me acostumar com os novos colegas, com a escola”.
2 - “Sim. Muito difícil, pois estava acostumada com poucos colegas em sala, somente um professor no mês, escola pequena e me deparei com uma sala de aula cheia de alunos, escola grande com vários professores, foi um pouco desafiador, mas me acostumei rápido”.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019

A política de transporte escolar tem o objetivo de contribuir com o acesso a educação básica dos sujeitos do campo desde o ensino fundamental até o ensino superior, entretanto o que podemos observar é que essa política apresenta muitos desafios para seu funcionamento nestas localidades, primeiro porque o acesso de muitas localidades que necessitam dessa política é muito difícil, isso porque as autoridades pensam no transporte, mas não viabilizam a manutenção das estradas, principalmente em períodos de invernos, além da inexistência de veículos adequados para o traslado dos estudantes até as escolas, vale ressaltar que o tempo percorrido pelos estudantes no período chuvoso aumenta o que prejudica principalmente os estudantes dos anos iniciais. O Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB) em seu artigo 4º resalta que quando se fizer necessária à adoção do transporte escolar, devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência/escola e a garantia de transporte das crianças do campo para o campo (BRASIL, 2012).

Após o fechamento da Escola Bom Jesus, a SEMED de Jacundá, apresentou como alternativa o uso do transporte escolar para os alunos irem até outras comunidades próximas e não ficarem sem estudar, porém segundo nossos entrevistados o transporte escolar demorou a chegar fazendo que algumas famílias migrassem para a cidade com o intuito que os filhos não ficassem sem estudar.

“Quando o transporte escolar foi implantando, eu minha família já tínhamos ido para a cidade, mas a proposta da SEMED, seria de levar os estudantes para uma Vila próxima e não para cidade” (Ex-aluna).

“Demorou, é tanto que teve um período também quando os meninos passaram a estudar no ensino médio, eles lá na secretaria dava dez litros de gasolina, para os meninos rodar os mês todinho para ir para aula com esses dez litros de gasolina, que ele tinha direito” (Agricultor na Vicinal).

O Plano Nacional de desenvolvimento da educação (FNDE) ligado ao ministério da educação responsável pela normatização e recursos financeiros, contribui consideravelmente para a melhoria do transporte escolar principalmente das comunidades do campo, nesta perspectiva, foi instituído pela Lei 10.888, de 2004, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), criado para a transferência automática de recursos para despesas necessárias para o funcionamento do transporte escolar nos municípios. Assim como garante Resolução do FNDE, nº 12/2011, em seu Art. 2º, certifica que:

“Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios. Com a publicação da Medida Provisória 455/2009, o programa foi ampliado para toda a educação básica, beneficiando também os estudantes da educação infantil e do ensino médio residentes em áreas rurais [...]”(BRASIL, 2012).

A política educacional de transporte escolar também é responsável pelo o fechamento de escolas do campo no Brasil (SILVA, 2015), pois esses recursos têm reforçados a nuclearização escolar, alternativas usadas pelos gestores municipais, pois alegam que não tem recursos para manter uma instituição escolar funcionando com poucos alunos estudando.

Em meados de 2012 a comunidade foi contemplada com um veículo para deslocar os alunos do turno da manhã, para a escola Municipal Paraíso da Infância localizada em uma vila próxima a comunidade, um veículo de um morador e pai de alunos da comunidade, o mesmo funcionava apenas no período da manhã com os estudantes das séries iniciais do ensino fundamental, apesar de ter alunos estudando em outros turnos na comunidade, eles não conseguiram transporte para todos.

O transporte escolar no município ainda é uma política que precisa de mais atenção, pois a precariedade dos veículos ofertados para o traslado dos estudantes é grande, a maioria dos carros que faz esse transporte das comunidades para os núcleos ou para a cidade, ainda são caminhonetes com capotas para proteger os estudantes do sol e da chuva. (Figura 3)



Figura 3 – Transporte escolar utilizado pelos estudantes da comunidade.
Pesquisa de campo, 2019.

Apesar dessas dificuldades muitos estudantes passam por esses transtornos todos os dias para estudar. Segundo Corrêa (2019), 9 escolas do campo do município tem em média 623 alunos, cerca de 184 usam o transporte escolar terrestre para chegar até a escola, além deste tem o transporte aquático, que são as rabetas, 6 escolas do campo recebem 168 alunos ribeirinhos ou beradeiros da região inundado pela a construção do lago de Tucuruí.

Com a implantação do transporte escolar, a escola Bom Jesus acabou com a possibilidade de reabrir para o funcionamento de aulas, isso foi concretizado anos depois quando a escola Paraíso da Infância autorizada pela a Secretaria Municipal de Educação, para retirar o telhado, portas, janelas e madeira do prédio da escola para a reforma e ampliação da escola Paraíso da Infância, ressaltando que a comunidade foi surpreendida com essa ação, pois a comunidade não foi comunicada sobre essa ação, o que sobrou da escola foi apenas as paredes levantadas (Figura 4).



Figura 4 - Prédio da escola em 2018.
Fonte: Acervo pessoal, 2018.

No início do ano de 2019, o que ainda restava do prédio da escola foi derrubado pelos moradores para tampar os buracos das estradas, pois estavam intrafegáveis devido às intensas chuvas que ocorrem no período de inverno amazônico em 2019. Nesse ano os estudantes da comunidade ficaram quase o primeiro semestre inteiro sem estudar por causas das estradas.

“O prédio foi desativado e derrubado, esse ano eles derrubaram, o pessoal do Jacundá que derrubaram, com a carregadeira, aí apanhou o material para tampar os atoleiros para os outros carros passar, para levar os alunos os alunos para a escola, na época do inverno muitos alunos não vão à escola, porque a gente não passa nos atoleiros e muitas vezes também, quando eu ainda estava trabalhando a gente ia até os atoleiros, aí eu descia com os alunos, nós ia de pé dois quilômetros para chegar na escola, aonde fazia o atoleiro nós tinha que descer porque o carro ficava do lado de lá” (Professora Aposentada, 2019).

Apesar do problema de fechamentos das escolas do campo no município, o movimento da educação do campo tem avançado nos últimos anos para tentar inibir esses retrocessos, isso reflete nas ações concretizadas nos últimos anos, podemos observar isso a cerca da política de formação de professores no curso de Licenciatura em Educação do Campo nas instituições Federais do Estado do Pará.

No município mais de cinquenta estudantes já ingressaram nos cursos todos oriundos das comunidades rurais. Também temos um departamento de educação do campo na SEMED, onde o gestor do mesmo é formado em Educação do Campo, isso facilita o diálogo com as escolas. Além disso, foi realizado um seminário organizado pelo os estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo com o tema “Educação do Campo: perspectivas e

desafios do município de Jacundá” com o objetivo de contribuir com a discussão em torno do ensino voltado para o campo em Jacundá e com a proposição de políticas estratégicas para as populações do campo que garanta o acesso e permanência dos alunos nas escolas respeitando as especificidades de cada lugar. Durante o encontro também foi discutidos sobre a precarização e fechamentos das escolas do campo, principalmente por partes dos estudantes que estão formando em Licenciatura em Educação do Campo, tendo em vista que pensar a educação do campo, formação de professores do campo, nessa perspectiva a extinção dessas instituições do campo impacta negativamente na atuação desses profissionais nessas localidades.

No ano de 2017 aconteceu uma audiência pública na câmara de vereadores do município de Marabá organizada pelo FREC para discutir a precarização e fechamento de escolas do campo em 21 municípios da região sudeste do Pará

4 CONCLUSÃO

As análises desenvolvidas em todo o processo da pesquisa auxiliaram na compreensão de como foi dado o processo do fechamento da escola na comunidade e como essa política implantada, tem afetado o desenvolvimento social, político e econômico do lugar. A educação é uma alternativa para a transformação desses espaços e quando uma escola é fechada isso é interrompido.

A vicinal Castanheira tem sua trajetória marcada pela luta pela terra, e desde o princípio a educação é uma das prioridades dos agricultores que conquistaram seu pedaço de terra para viver com sua família. Mesmo com condições precárias para oferta de educação básica, a comunidade sempre se organizava para que seus filhos tivessem escola, onde funcionava em um barraco sem paredes, construída pelos próprios moradores.

Observamos avanços para a oferta de educação no/do campo ao longo do trabalho, contudo, percebemos que isso não foi o suficiente para impedir o fechamento da escola, percebe-se que as legislações são descumpridas, desconhecidas e muito menos são divulgadas para a comunidade conhecer e lutar pelos direitos da escola na comunidade. O que ocorreu na comunidade também trouxe alguns impactos, por exemplo, quando os pais foram obrigados a deslocar seus filhos para cidade em busca de educação, acarretando em um prejuízo para a comunidade.

Quando a escola da comunidade fecha as portas, o homem do campo é obrigado a seguir para a cidade, deixando ou vendendo seus lotes e assim depara com o distanciamento

do campo, tendo em vista que sua experiência de vida com trabalho é especialmente com a agricultura, e para sua subsistência nos centros urbanos na maioria das vezes é a exploração da força do trabalho, devido à falta de profissionalização dessa comunidade antes acostumada com outro tipo de serviço, problemática que também é consequência dos fechamentos das escolas no campo.

Apesar dessa política de retrocesso na comunidade Castanheira, nos últimos anos vem conseguindo se organizar novamente, cada dia mais se reestruturando, inclusive o número de estudantes na comunidade de todos os níveis da educação tem aumentado, mas apesar disso a possibilidade de reabertura da escola é algo muito difícil de acontecer, é preferível manter o transporte escolar (uma política adotada no lugar das escolas fechadas), mesmo que seja uma alternativa que leva o aumento da distância percorrida até a escola sem contar com a precarização do transporte e das estradas por onde é feito o traslado prejudicando a aprendizagem dos estudantes.

Então, a importância da comunidade do campo se manter constantemente em luta, para que as pesquisas nessas comunidades sejam uma forma de divulgação das políticas públicas em torno da Educação do Campo, e assim melhorar a compreensão desses processos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. A educação básica e o movimento social do campo. **Brasília: articulação nacional por uma educação básica do campo**, v. 2, 1999.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Formação de educadores do campo. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: **Expressão Popular**, p. 361-367, 2012.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDB**, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf . Acesso em: 01 de agosto de 2019.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2012. 542p.

BRASIL. Inst. **Normativa nº 09/2008 (Paralisação e extinção de escola)**. Recife, 23 de outubro de 2008. Publicada no DOE-PE em 27 de novembro de 2008. Disponível em: <http://wp-content/uploads/2018/08/Inst-Normativa-nº-09-de-2008.pdf> .

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Orgs: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**, p. 257-264, 2012.

CORRÊA, Romário Aguiar. Educação do Campo: Perspectivas e Desafios no Município de Jacundá. Palestra apresentada no **I Seminário Municipal da Licenciatura em Educação Do Campo**. Jacundá: Secretaria de Educação, 2019. (trabalho não publicado)

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. A multissérie em pauta: para transgredir o paradigma seriado nas escolas do campo. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1165-1182, out.-dez., 2014.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MATOS, Margarete de Matos. **Fechamento das Escolas do Campo: Impactos no Assentamento Conquista de Sepé** / Margarete de Matos Matos; orientador Elodir Lourenço de Souza Souza; coorientador Camila Munarini Munarini. -- Assentamento José Maria-Abelardo Luz/SC, 2018.27 p.

UNIFESSPA, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. **Projeto Pedagógico do Curso**

Licenciatura Em Educação Do Campo. Marabá: UNIFESSPA, 2014.

SILVA, Sandra Souza da. **O processo de nucleação das escolas do campo no município de Jacundá e seus reflexos na Escola Boa Ventura no Assentamento Jacundá;** orientadora, Alice Margarida Negreiros Alves. Marabá: Faculdade de Educação do Campo. 2015.

TAFAREL, Celi Zulze; MOLINA, Mônica Castagna. Política educacional e educação do campo. **Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio,** p. 571-578, 2012.